

Novo ano letivo sem “c’s”

Simplex ortográfico chega às escolas este ano lectivo.

O ano lectivo de 2011/12 começa com uma novidade, a aplicação do novo acordo ortográfico ao sistema educativo. As alterações vão simplificar a grafia a cerca de 13 mil palavras. E a partir de 1 de Janeiro de 2012 todos os documentos públicos terão de ser escritos segundo as novas regras. Mas o acordo está longe de ser consensual.

Foram muitas as vozes que se ouviram contra o acordo nos últimos anos. Miguel Sousa Tavares, escritor e jornalista, chamou-lhe “um acto colonial” do Brasil sobre Portugal: “Como se os Estados Unidos impusessem um acordo ortográfico à Inglaterra”. A comparação era noticiada pela agência Lusa, em 2009. Outra das vozes discordantes, foi a de Vasco Graça Moura, escritor e dramaturgo, que qualificou o novo acordo ortográfico de “inconstitucional”. “É um acto cívico batermo-nos contra o Acordo Ortográfico”, dizia em 2008 à agência Lusa.

Em defesa do acordo ortográfico os argumentos bateram-se em torno da simplificação linguística que advém da aproximação da escrita à oralidade. Mas também da promoção da lusofonia. A harmonização das regras será para cumprir nos diferentes países de língua oficial portuguesa: Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O acordo ortográfico foi assinado em 1990, mas só em 2011 uma resolução do Conselho de Ministros veio determinar a sua aplicação às escolas.

Entre as mudanças mais evidentes está o uso de minúsculas em palavras tradicionalmente grafadas em maiúsculas. Caso dos dias da semana, o nome dos meses, os pontos cardeais e colaterais. Mais polémico é o desaparecimento das consoantes mudas: cc, çç, ct, pç, pc, pt. Esta é também a mudança mais visível até ao momento.

Vários canais de televisão já habituaram os telespectadores aos “diretos” e aos “fatos”. No entanto, não vai haver alteração à palavra facto, mantendo-se a grafia a que estamos habituados. E o mesmo acontece às palavras: convicto, adepto, apto, rapto, opção, erupção, núpcias e friccionar, por exemplo. Isto porque, nestes casos as consoantes “c” e “p” não são mudas.

A variação na pronúncia de certas palavras também origina a que as duas grafias com ou sem estas consoantes possam coexistir em palavras como: acupunctura ou acupuntura, caracteres ou carateres e céptico ou cético. Estas excepções assemelham-se às variações já existentes na grafia actual em palavras como ouro ou oiro e louro ou loiro.

Há ainda que contar com a supressão de acentos que serviam para distinguir palavras que sem a acentuação de escreveriam da mesma forma, embora com significados diferentes. Exemplo desta alteração são as palavras “pára” (do verbo parar) que se passa a grafar “para”. Também as palavras “pêlo”, “pêra”, “pólo” sofrem igual alteração. Perdem ainda o acento no ditongo “oi” todas as palavras graves. Tal acontece em palavras como: asteróide (asteroide), jibóia (jiboia), jóia (joia) ou paranóico (paranoico). Mantêm a acentuação as palavras agudas terminadas em “oi”, como: destrói, corrói, herói ou dói. Sem acento ficam também as formas verbais terminadas em “eem”: creem, deem, leem e veem. A regra aplica-se aos seus derivados: descreem, desdeem, reveem ou releem.

As novas regras aplicam-se ainda ao uso do hífen e atingem palavras que incluem unidades não autónomas (como anti, euro, ultra), que se juntam a outras e o verbo haver. Perdem o hífen segundo estas normas palavras como “minissaia”, “antirrugas”, “fim de semana”, “mulher a dias”, “caminho de ferro” ou “sala de jantar”. As formas com apenas uma sílaba do verbo haver (hei, hás, há, hão) perdem a sua ligação por hífen à preposição “de”. Passam a grafar-se deste modo: “hei de”, “hás de”, “há de” e “hão de”.

De modo geral, o hífen mantém-se quando as unidades não autónomas se associam a palavra s que começam pela letra “h” (exemplo: anti-histamínico), quando a letra se repete (micro-ondas), ou a sua aglutinação provoque uma leitura que não reflecta a pronúncia da palavra (exemplo: sub-regulamentar). Mantém-se o hífen nas palavras que se juntam a estrangeirismos, nomes próprios ou sigas (exemplos: anti-apartheid, anti-Europa, mini-GPS).

Fora das mudanças ortográficas ficam os nomes de pessoas (como Victor ou Baptista) e de marcas (Óptica Coelho) e algumas palavras acentuadas quando os acentos servem para distinguir pares de palavras que se escrevem do mesmo modo, são exemplo as formas do verbo poder: pode (presente do indicativo) e pôde (pretérito perfeito). E

ainda: demos e dêmos, por e pôr. Do mesmo modo, o uso do hífen mantém-se inalterado nas palavras compostas formadas por dois nomes (cirurgião-dentista, operação-relâmpago, Trás-os-Montes), por um verbo e um nome (conta-gotas ou guarda-fatos) ou pelos advérbios bem e mal (bem-aventurado ou mal-estar).

Andreia Lobo 01-09-2011